

002ª Audiência Pública 24MAR2014

Pauta: Debater o Projeto de Lei Complementar do Executivo nº 020/13.

O SR. MESTRE DE CERIMÔNIAS (José Luís Espíndola Lopes): (19h16min) Damos início à Audiência Pública. Passamos a ler o Edital (Lê.): “Audiência Pública com o objetivo de debater o Projeto de Lei Complementar do Executivo nº 020/13, que institui o corredor do parque do gasômetro e altera o § 3º do art. 154 da lei complementar nº 646, de 22 de julho de 2010. O Presidente da Câmara Municipal de Porto Alegre, no uso de suas atribuições legais, convida a comunidade porto-alegrense para a audiência pública, a ocorrer no dia 24/03/2014, às 19 horas, no Plenário Otávio Rocha da Câmara Municipal de Porto Alegre, localizada na Av. Loureiro da Silva, nº 255, nesta capital, com o objetivo de debater o projeto acima referido. Gabinete da Presidência, 18 de fevereiro de 2014. Ver. Professor Garcia – Presidente.”

Convidamos para compor a Mesa o Ver. Professor Garcia, Presidente da Câmara, e o Sr. Rogério Baú, da Secretaria Municipal de Gestão e Acompanhamento Estratégico, representando a Prefeitura Municipal de Porto Alegre.

O Ver. Professor Garcia, Presidente da Câmara, está com a palavra.

O SR. PRESIDENTE (Professor Garcia): Boa noite a todos e a todas, quero, primeiramente, salientar que esta Audiência Pública foi solicitada por diversas entidades, as quais, inclusive, recebemos no início do mandato, mas também foi fruto de um acordo, no final do ano, momento em que o projeto estava para ser votado. Ficou acordado entre as diversas lideranças dos Partidos que compõem esta Casa – e esta Casa é bem plural, hoje temos 36 Vereadores e 15 partidos – que haveria esta Audiência Pública. Quero ressaltar também o formato das audiências públicas. A Câmara, o Poder Público, quando realiza uma audiência pública, tem a obrigação de dar publicidade, e isso foi feito através da imprensa. Quero também colocar que, a partir deste momento, vamos deixar abertas as inscrições, são dez inscrições; vejo que têm mais de dez na fila, mas é praxe e é do regimento da audiência pública que somente os dez primeiros poderão utilizar a palavra. Cada um dos dez inscritos terá o tempo de cinco minutos. Quero também dizer que

Câmara Municipal de Porto Alegre
Seção de Taquigrafia
002ª Audiência Pública 24MAR2014

Pauta: Debater o Projeto de Lei Complementar do Executivo nº 020/13.

vamos intercalar as falas das inscrições com as dos Vereadores, que terão o tempo de cinco minutos.

Enquanto estão sendo feitas as inscrições, vou ler o Projeto de Lei, que chegou aqui na Casa no dia 6 de dezembro de 2013 (Lê.): “Projeto de Lei Complementar nº 020/13. Institui o Corredor Parque do Gasômetro e altera o § 3º do art. 154 da Lei Complementar 646, de 22 de julho de 2010. Art. 1º – Fica instituído o Corredor Parque do Gasômetro, como espaço público destinado à qualificação do ambiente urbano, previsto no inciso XXI do art. 154 da Lei Complementar 646, de 22 de julho de 2010. Art. 2º – O Corredor Parque do Gasômetro será formado por duas partes, conforme delimitação prevista no mapa anexo a esta lei, assim descritas: I – A subunidade 10 da Unidade de Estruturação Urbana nº 1026 da Lei Complementar nº 434, de 1º de dezembro de 1999, e alterações posteriores, que corresponde à totalidade da Praça Brigadeiro Sampaio, criada pela Lei 3.387, de 25 de maio de 1970; e II – A Subunidade 41 e parte da Subunidade 04 da Unidade de Estruturação Urbana nº 1026 da Lei Complementar nº 434, de 1º de dezembro de 1999, e alterações posteriores delimitada pela Avenida Presidente João Goulart, Avenida Loureiro da Silva, Ruas Vasco Alves, Rua Washington Luiz e Rua General Salustiano, incluindo a totalidade da Praça Julio Mesquita, criada pela Lei 2.418, de 10 de novembro de 1962. Parágrafo único. As Praças inseridas na delimitação prevista no *caput* deste artigo e integrantes do Corredor Parque Gasômetro, permanecerão com suas denominações originais, enquanto fazem parte de um sistema maior com a denominação Corredor Parque do Gasômetro. Art. 3º – A estruturação do Corredor Parque do Gasômetro dar-se-á por meio de plano conceitual que observe os seguintes objetivos: I – estruturar o Espaço Público, nos termos do art 5º, I, da Lei Complementar nº 434, de 1º de dezembro de 1999; II – qualificar o Ambiente Urbano, nos termos do art. 18º, I e II I, da Lei Complementar nº 434, de 1º de dezembro de 1999; III – constituir um espaço cultural, turístico e de lazer; e 4 IV – atender às diretrizes de gestão democrática expressas no art. 2º, II, da Lei Federal nº 10.257, de 10 de julho de 2001. Art. 4º – Fica alterado o § 3º do art. 154 da Lei Complementar 646 de 2010, conforme segue: “Art. 154. (...) § 3º O Corredor referido no inciso XXI deste artigo compreenderá o Museu do Trabalho e seu entorno, a Praça Brigadeiro Sampaio e a área delimitada pela Avenida Presidente João Goulart , Avenida Loureiro da Silva, Ruas Vasco Alves, Rua Washington

Câmara Municipal de Porto Alegre
Seção de Taquigrafia
002ª Audiência Pública 24MAR2014

Pauta: Debater o Projeto de Lei Complementar do Executivo nº 020/13.

Luiz e Rua General Salustiano, incluindo a totalidade da Praça Júlio Mesquita.” (NR) Art. 5º – Esta Lei Complementar entrará em vigor na data de sua publicação. Prefeitura Municipal de Porto Alegre, Sebastião Melo, Prefeito, em exercício. Emenda nº 01: Inclua-se, onde couber, artigo com a seguinte redação: “Não será permitido estacionamento na Praça Júlio Mesquita”. Ver. Professor Garcia – Relator-Geral. Emenda nº 02: Inclui o inciso 5º ao artigo 3º do PLCE 020/13. Integrar as praças e orla através do rebaixamento da Avenida Presidente João Goulart, no trecho compreendido no Corredor Parque Gasômetro. Emenda nº 03: Inclui novo inciso ao artigo 3º. A estruturação e qualificação de que tratam os incisos I e II serão objeto de concurso público para a elaboração de projeto do Corredor Parque Gasômetro.” Este é o projeto com as suas emendas.

O Sr. Rogério Baú, da Secretaria Municipal de Gestão e Acompanhamento Estratégico, representante da Prefeitura de Porto Alegre, está com a palavra.

O SR. ROGÉRIO BAÚ: Boa noite Presidente, boa noite Vereadores, a representação do Executivo será dada pelo Vice-Prefeito Melo, que momentaneamente não se encontra, está se dirigindo a este local, e, enquanto isso, eu vou fazer a representação do Executivo, até porque acompanhei esse processo ao longo do ano de 2013 – eu e minha colega Andréa, da Secretaria do Planejamento –, a construção dessa discussão e a delimitação do parque, junto à sociedade, aqui mesmo na Câmara, Ver. Professor Garcia.

O SR. PRESIDENTE (Professor Garcia): Solicito à Diretoria Legislativa que confirme se já há inscrições para começarmos as falas. Mais uma vez, reitero que cada um dos oradores terá o tempo de cinco minutos. Vou pedir a colaboração para que permaneçam dentro do tempo de cinco minutos, para facilitar e para nós não termos que interromper ou pedir para concluir.

A Sra. Jacqueline Sanchotene, Coordenadora do Movimento Viva Gasômetro, está com a palavra.

A SRA. JACQUELINE SANCHOTENE: Boa noite a todos e a todas. Era dezembro de 2006 quando um grupo de moradores de Porto Alegre se reuniu próximo à Praça Júlio Mesquita, no centro da Cidade, para formar o Movimento Viva Gasômetro. Durante quatro

Câmara Municipal de Porto Alegre
Seção de Taquigrafia
002ª Audiência Pública 24MAR2014

Pauta: Debater o Projeto de Lei Complementar do Executivo nº 020/13.

anos, o Viva Gasômetro promoveu ações culturais na Praça Júlio Mesquita, sempre aos terceiros sábados do mês, levando cinema, música e outras formas de manifestação cultural para a população. Foram aproximadamente 50 ações nos terceiros sábados culturais.

Há cerca de um ano e meio, o Viva Gasômetro oferece nas manhãs de domingo, na mesma Praça Júlio Mesquita, ioga para a população em geral. As instrutoras de ioga, Mercedes Bodê, e Clotilde Daith, de reconhecida capacidade na Cidade, trabalham de forma voluntária. À ação de ioga, estamos somando as aulas de... (Ininteligível.) ...milena técnica chinesa de autoconhecimento, através da parceria com a instrutora Lúcia Moraes. Mas foi no ambiente político da Cidade onde o Viva Gasômetro obteve maior reconhecimento. Desde maio de 2007, quando se iniciou na Cidade a reformulação do Plano Diretor, os integrantes do Viva Gasômetro passaram a tratar das questões que dizem respeito à estrutura da Cidade. Lutaram e conseguiram inserir quatro emendas no Plano Diretor da cidade de Porto Alegre. Uma dessas emendas prevê a criação do Corredor Parque Gasômetro. Inúmeras reuniões foram realizadas com os mais diversos órgãos do Município na tentativa de levar melhorias para a nossa região. Na Câmara Municipal, ocupamos o espaço Tribuna Popular por 12 vezes e, por uma vez, o espaço conhecido como Comunicações Temáticas. Nos espaços ocupados, defendemos a efetiva criação das conquistas que obtivemos junto à reformulação do Plano Diretor. Todas as manifestações foram cobertas pela imprensa e estão amplamente documentadas nos anais da Câmara Municipal. Entre a conquista no papel e a efetivação das mesmas, existe um longo caminho.

Continuamos na luta para que o Corredor Parque do Gasômetro seja criado. Nos últimos meses, os entes envolvidos têm se mostrado comprometidos em solucionar a questão e apontam algumas soluções que para nós, do Viva Gasômetro, nos deixam satisfeitos, pois aumenta a área verde inicialmente pensada para o Corredor Parque Gasômetro e inclui, na solução do impasse, a anexação e recuperação da área do Corredor Parque do Gasômetro a área da usina de gás carbonado, a verdadeira Usina do Gasômetro.

Para completar a notícia, o IPHAE – Instituto de Patrimônio Histórico do Estado, quer ali instalar o Museu de Antropologia do Estado do Rio Grande do Sul. O IPHAN – Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional, aponta com recursos para que isso aconteça.

Câmara Municipal de Porto Alegre
Seção de Taquigrafia
002ª Audiência Pública 24MAR2014

Pauta: Debater o Projeto de Lei Complementar do Executivo nº 020/13.

Pelos motivos acima apontados, apelamos aos 36 Vereadores desta Casa para que aprovem a delimitação proposta pelo Executivo Municipal para o Corredor Parque Gasômetro. Nós nos colocamos à disposição de cada uma das senhoras e de cada um dos senhores Vereadores para maiores esclarecimentos das questões referentes à efetiva criação do Corredor Parque Gasômetro. Muito obrigada. (Palmas.)

O SR. PRESIDENTE (Professor Garcia): Obrigado, Jacqueline.

A Sra. Alice Cardoso, do Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico do Estado, está com a palavra.

A SRA. ALICE CARDOSO: Boa noite a todos. Eu estou representando o IPHAE – Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico do Estado, que é o órgão de preservação do patrimônio cultural do Estado. E, nesse sentido, o nosso interesse é relativo a um bem tombado recentemente na área do parque, que é a antiga usina de gás. São prédios ainda remanescentes do início do séc. XX, que hoje não estão em bom estado, mas podem ser preservados, podem ser restaurados, e existe a intenção de abrigar equipamentos culturais do Estado, como o Museu de Antropologia, o Museu de Arqueologia, o anexo da Biblioteca Pública e a própria sede do IPHAE. Nesse sentido, para um equipamento tombado, o Parque seria ótimo.

Eu gostaria de ler uma carta de apoio do IPHAN, que é o instituto de preservação em nível nacional, que não pode mandar representantes, mas eles têm esse manifesto: “Vimos, através deste manifestar o apoio desta Superintendência do IPHAN no Rio Grande do Sul à criação do Parque do Gasômetro, tendo em vista os encaminhamentos já iniciados em direção à concretização desse projeto. O IPHAN/RS vem mantendo tratativas com a Prefeitura Municipal de Porto Alegre no intuito de viabilizar a instalação de instituições e equipamentos culturais na área onde hoje se encontram instalações do DEP. Foi assinado um Termo de Ajustamento de Conduta – TAC, entre o IPHAN e a Prefeitura, que prevê a contratação dos projetos de restauro dos pavilhões em questão para a instalação do Museu Antropológico do Rio Grande do Sul, da coleção arqueológica do Museu de Taquara e do anexo da Biblioteca Pública do Estado, além da sede do IPHAE. O IPHAN apoia, sim, essa iniciativa, uma vez que o restauro desses pavilhões e

sua integração com o Parque do Gasômetro irá reforçar o já consolidado caráter cultural daquela área da cidade de Porto Alegre, que abriga elementos culturais de irrefutável relevância, como a Casa de Cultura Mário Quintana, o MARGS, o Memorial do Rio Grande do Sul, além da própria Usina do Gasômetro. Ressaltamos ainda que, a partir da elaboração dos projetos das edificações, o IPHAN não medirá esforços na busca de recursos que viabilizem a execução das obras e a instalação das instituições em locais adequados tanto aos seus funcionários quanto ao público em geral. É isso. Obrigada. (Palmas.)

O SR. PRESIDENTE (Professor Garcia): Obrigada, Sra. Alice. Quero dizer que nós estamos dando cinco minutos para cada orador, ali está o cronômetro. Agora, por exemplo, ela falou três minutos, utilizem os cinco minutos porque é importante.

Quero registrar a presença dos Vereadores Airto Ferronato, Reginaldo Pujol, Márcio Bins Ely, Alceu Brasinha, Sofia Cavedon e Marcelo Sgarbossa.

O Sr. Edivaldo Oliveira de Souza, representante da Associação Banda Municipal de Porto Alegre, está com a palavra.

O SR. EDIVALDO OLIVEIRA DE SOUZA: Boa noite a todos presentes que estão apoiando esse trabalho do Corredor Parque do Gasômetro, esse projeto do Movimento Viva Gasômetro. Eu, como Presidente da Associação Banda Municipal de Porto Alegre – Abampa, estou aqui querendo apoiar esse trabalho da Jacqueline, porque uma vez que nós, da Abampa, também trabalhamos com arte, com cultura pública, e a praça é um bem público. Nós estamos, nesta oportunidade, apoiando a Jacqueline para que, quem sabe, oxalá, num futuro próximo, seja mais um espaço para a Associação da Banda Municipal. Quem sabe a Banda Municipal de Porto Alegre venha a ter a oportunidade de ocupar aquele espaço também para manifestar a cultura da arte musical, que é o trabalho da nossa corporação Banda Municipal.

Então, sou a favor do projeto. A Banda Municipal, através da Abampa, da minha pessoa, como Presidente, está aqui apoiando a Jacqueline, que faz um trabalho árduo. Há anos ela vem com essas tratativas aqui na Câmara, e nós sabemos que precisa de apoiadores. Nós estamos aqui, de viva voz, para que a Jacqueline possa ter sucesso nessa investida.

Câmara Municipal de Porto Alegre
Seção de Taquigrafia
002ª Audiência Pública 24MAR2014

Pauta: Debater o Projeto de Lei Complementar do Executivo nº 020/13.

Então, eu peço aos Vereadores, os poucos que estão presentes, que possam, nesta oportunidade, aprovar essa emenda tão importante para a cultura de Porto Alegre.

Uma vez mais quero dizer que a nossa Associação, através da Banda Municipal... é sabido por poucos, mas a Banda Municipal hoje... Existe uma banda do Município que tem 85 anos, quase um século. Provavelmente tem várias pessoas gaúchas, nativas desta região que não sabem que existe uma Banda Municipal em Porto Alegre com 85 de existência. Isso é devido ao quê? Devido à falta de investimentos, à falta de estrutura, à falta de publicidade, à falta de apoio estrutural.

Não sei se alguém tem seguido, mas a Banda Municipal esteve aqui, através da Associação, se manifestando nesta Câmara também sobre o projeto do tombamento da Banda Municipal, feito pelo nosso Ver. Bernardino, no qual nós obtivemos sucesso. Claro que também foi um trabalho árduo, tão parecido com esse da Jacqueline. Por isso nós estamos comovidos, estamos tocados por essa luta da Jacqueline e queremos que isso seja aprovado, porque é importante para a Cidade. A cultura aqui não é tão valorizada como devia ser, nós já sentimos isso através da Banda Municipal.

Então, nós queremos pedir às pessoas presentes que, quando houver a manifestação, votem a favor desse projeto, porque será mais um projeto cultural, em que as pessoas que não têm acesso à cultura, que não podem ir a um teatro devido a “n” fatores, com essa praça, sendo pública... Que possa, então, ser aprovado, possa ser implantado esse projeto. E, como disse na minha primeira fala, a Banda Municipal está à disposição para que nós possamos estar ali naquela praça futuramente para fazer o nosso trabalho, que é arte musical no Município. Muito obrigado. (Palmas.)

O SR. PRESIDENTE (Professor Garcia): Obrigado, Sr. Eivaldo de Souza, da Associação Banda Municipal de Porto Alegre.

O Sr. Joel Santana da Gama, Diretor do Sistema Estadual de Museu do Estado do Rio Grande do Sul – SEM/Rio Grande do Sul, está com a palavra. A partir do Joel Santana, nós vamos começar a intercalar falas dos Vereadores também.

O SR. JOEL SANTANA DA GAMA: Boa noite, Sr. Presidente Garcia, demais Vereadores, Sofia e Marcelo Sgarbossa, que são grandes amigos pessoais, trabalhadores

Câmara Municipal de Porto Alegre
Seção de Taquigrafia
002ª Audiência Pública 24MAR2014

Pauta: Debater o Projeto de Lei Complementar do Executivo nº 020/13.

da cultura. Primeiro, quero trazer um pouco da saudação do Secretário Assis Brasil, e falo em nome um pouco da Secretaria da Cultura do Estado do Rio Grande do Sul para poder falar um pouquinho sobre esse projeto tão importante para nossa Capital e que pode gerar tantos entendimentos e tantas questões, mas que são estritamente relevantes para o desenvolvimento cultural do nosso Estado. Obviamente, o Parque do Gasômetro é um espaço bastante valorizado na nossa comunidade, reconhecido e traz uma importância muito significativa não só para os agentes que circulam, mas pela manifestação cultural que ali existe cotidianamente, pelos atrativos culturais que traz. E a nossa fala é um pouco favorável a essa questão do projeto do Parque do Gasômetro, porque ela vem estabelecer um novo corredor cultural nessa área tão importante do nosso Município. Um novo corredor cultural, que começa lá na Praça da Alfândega e vem passando por todos os equipamentos que nós conhecemos – MARGS, Museu da Comunicação, Casa de Cultura, Museu do Trabalho, a própria Usina. E com uma proposta que acho bastante interessante e que passa a ser vigorada, porque os prédios da antiga Usina, que é onde está o DEP hoje, estão tombados pelo Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional. E, como forma de preservar esse espaço que passa a ser tombado e que é a verdadeira Usina do Gasômetro, porque era lá que o carvão era queimado para produção de energia, nesse espaço cultural, a Secretaria de Estado, junto com o Instituto do Patrimônio, vem implementar outros equipamentos culturais, dentre eles, museu, o anexo de biblioteca e a própria sede o IPHAE. Então, o próprio rebaixamento faz com que esse corredor cultural se estenda, que traga acessibilidade aos espaços públicos, que traga uma nova área de convivência. Eu acho que nada mais importante do que manter um prédio histórico é o uso cultural dele, porque são essas instituições... Nada melhor para preservar um patrimônio do que uma utilização de um museu, que repensa a história, a memória, um museu significativo, lincado com a natureza, que vai discutir a antropologia, os saberes, os fazeres, as comunidades, enfim, uma linguagem toda voltada também para o patrimônio cultural a que o parque se propõe. Acho que também é importante a gente pensar na responsabilidade social que a Prefeitura também tem de oficializar esse projeto, porque ela... (Problemas técnicos no som.) ...a garantir mais espaços para a cultura, a garantir uma interlocução num corredor cultural, em que dizemos que o turismo é um índice de desenvolvimento humano. Porto Alegre é uma cidade que tem 74 museus,

Câmara Municipal de Porto Alegre
Seção de Taquigrafia
002ª Audiência Pública 24MAR2014

Pauta: Debater o Projeto de Lei Complementar do Executivo nº 020/13.

é a Capital com o maior número de museus no Brasil. Então, eu acho que é também uma responsabilidade da Prefeitura estar conectada nesse projeto e estar inserida nessa questão. Além de humanizar o espaço público, de discutir a relação de segurança da área, porque, quando tu fazes o rebaixamento e propões uma nova acessibilidade, tu também estás protegendo as pessoas para que elas não atravessem a via.

Eu acho que é um pouco disso, Presidente. Então, quero dizer que a Secretaria da Cultura do Estado é favorável a esse projeto, e que nós estamos muito felizes em poder discutir espaços da Cidade para que não seja apenas uma discussão de meritocracia, mas também uma discussão de conceito de que cidade a gente quer. Obrigado. (Palmas.)

O SR. PRESIDENTE (Professor Garcia): Convido a tomar assento à Mesa o Sr. Sebastião Melo, Vice-Prefeito da Cidade – nosso sempre Vereador, que atuou nesta Casa por três mandatos. Caro Vice-Prefeito, V. Exa. terá a oportunidade de se manifestar *a posteriori*. Seja bem-vindo!

O Sr. Alfredo Gui Ferreira, Presidente da Agapan, está com a palavra.

O SR. ALFREDO GUI FERREIRA: Professor Garcia, Presidente desta Casa; Vice-Prefeito Sebastião Melo, demais Vereadores e autoridades, meus senhores e minhas senhoras; a Associação Gaúcha de Proteção ao Meio Ambiente Natural – Agapan, como a grande maioria dos moradores da Cidade, tem o desejo de melhorá-la. A qualidade de se viver em Porto Alegre está se degradando. O ser humano depende de uma vida saudável e equilibrada para viver. Das várias atribuições da vida na Cidade, uma das principais delas é beneficiar a vida das pessoas naquele ambiente. O desafio é fazer com que a Cidade se desenvolva em harmonia e que seja possível qualificar o território municipal destacando o que de melhor existe em cada lugar, de forma a manter as tradições culturais, a sua paisagem e os vários ambientes.

O termo ambiental significa a cidade vista e analisada como um conjunto único, onde convivem entre si diferentes tipos de cidade, com características bem específicas. Assim, passa a tratar os aspectos culturais e naturais como questões igualmente importantes, cujos espaços representados deverão ter sua ocupação e uso preservados para as futuras gerações.

Câmara Municipal de Porto Alegre
Seção de Taquigrafia
002ª Audiência Pública 24MAR2014

Pauta: Debater o Projeto de Lei Complementar do Executivo nº 020/13.

Integram o patrimônio cultural o conjunto de bens imóveis de valor significativo – edificações isoladas ou não, ambiências, parques urbanos e naturais, praças, sítios, paisagens, flora e fauna.

A Lei Orgânica de Porto Alegre, lê-se: conceituação, identificação e classificação dos espaços representados pelo patrimônio ambiental, os quais deverão ter sua ocupação e utilização disciplinadas.

E da mobilidade urbana: tem como objetivo geral qualificar a circulação e o transporte urbano, proporcionando os deslocamentos na cidade e atendendo às distintas necessidades da população, através de prioridade ao transporte coletivo, aos pedestres e às bicicletas; redução das distâncias a percorrer, dos tempos de viagem, dos custos operacionais, do consumo energético e do impacto ambiental minimizados. Certamente, cortando o Parque com a pista para automóveis, esta, de difícil travessia, alongando, e muito, a possibilidade de retorno viário em qualquer do sentido, não se está colaborando com o patrimônio ambiental, nem com a mobilidade urbana.

Das soluções: Por que não mergulhar as pistas viárias por algumas dezenas ou centenas de metros, deixando a continuidade física para os pedestres e transportes individuais não motorizados? Por que fazer retornos viários ou de escape nas duas extremidades dessas passagens em nível no Parque, evitando longos contornos de ida e volta? Agora mesmo, para fazer o retorno para o Gasômetro tem que se andar um quilômetro e voltar. É um absurdo o custo energético – gasolina –, a poluição que se produz pelos cabos ou o transporte que tiver sendo usado diferente, a bicicleta ainda pode descer e atravessar na faixa de pedestre. Isso tudo poderia ser evitado. Por que não integrar o espaço para a população fora dos seus automotores? Ou seja, com passagem continuada, o que está proposto no projeto: fazer a integração da parte histórica da cidade com o Gasômetro e o Lago Guaíba, como prescreve o Código de Porto Alegre. A área da Cidade com restrição ao tráfego veicular de passagem ou de travessia em favor do pedestre, da bicicleta e do pequeno tráfego local. Talvez algum pequeno comércio possa ser instalado nos espaços onde há ruínas sem maior valor histórico, sem prejudicar o prédio do Gasômetro. E mais: Por que não prevê instalação de museus como aqui já foi colocado agora pelo representante da Secretaria de Cultura? Os moradores da Cidade e a Agapan não querem via expressa para automóveis no nível do solo (Palmas.), espaço esse que deve

ser destinado à população humana, à fauna e à flora, incluindo as árvores, para deleite e recuperação mental humana dos estresses da vida cotidiana de outros locais. Isso é qualidade de vida e é isso que nós queremos para Porto Alegre! Muito obrigado. (Palmas.)

O SR. PRESIDENTE (Professor Garcia): Obrigado, Sr. Alfredo. O Sr. Ivo Krauspenhar, do Movimento Menino Deus Sustentável, está com a palavra.

O SR. IVO KRAUSPENHAR: Boa noite a todos. É uma satisfação muito grande em poder participar desta Audiência Pública na qualidade de representante do Movimento Menino Deus Sustentável. Nós temos uma longa luta histórica para preservação do meio ambiente pela qualidade de vida. Fui diretor do Jardim Botânico e temos história em Porto Alegre desde 1950. Nós conhecemos a Cidade com 350 mil habitantes, e, hoje, somos 1,5 milhão de habitantes. A Prefeitura está insensível a qualquer movimento para a criação e manutenção de novos parques. Essa insensibilidade eu não consigo conceber! Eu não consigo conceber! Eu vejo esta paisagem, aqui. (Mostra imagem.) Onde vocês estão vendo alguma coisa verde? Não existe verde no Centro Histórico. Temos a Praça da Alfândega, temos a praça da Santa Casa, e o que mais? Vi uma imagem, agora, de satélite, e, olha, é uma pobreza Porto Alegre em verde, no Centro Histórico... Então, a manutenção desta praça é uma necessidade da sociedade. É uma necessidade do setor público. Quem é o responsável pela Cidade? É o setor público! É o Executivo! O Executivo tem que ouvir a sociedade, tem que ouvir com sensibilidade as dificuldades, hoje. A classe média não consegue mais se mobilizar. Tu entras num supermercado, e as pessoas estão se atropelando. Tu vais ao Parque da Redenção, e não tem mais espaço. Ontem, fui na Redenção. O que custa, Prefeito, fazer o rebaixamento? (Palmas.) Olha, vamos atender! Não vamos viver só mais cinco anos em Porto Alegre, queremos viver mais 50 anos. Eu já estou aqui há 50, e, pelo menos, quero viver mais 20. Então, vamos atender. O verde é uma necessidade clamada pelo mundo todo, hoje. A sustentabilidade do planeta, o aquecimento global. Nós tivemos uma seca, agora, um calor infernal, que nunca Porto Alegre viveu. Nunca Porto Alegre viveu! (Palmas.)

Câmara Municipal de Porto Alegre
Seção de Taquigrafia
002ª Audiência Pública 24MAR2014

Pauta: Debater o Projeto de Lei Complementar do Executivo nº 020/13.

Então, peço aos representantes do Executivo que tenham essa sensibilidade. Este Parque do Gasômetro está previsto no Plano Diretor, e vamos mantê-lo. Vamos mantê-lo! Não custa fazer uma trincheira ali. Ali não tem rocha, não tem nada que impeça. Lá na Anita, não pensaram, mas encontraram uma rocha, e está lá a obra parada, até hoje. Então, vamos apoiar a criação do Parque da forma como está proposta, com a trincheira. Nunca mais, depois, vamos tirar essa avenida. E, como vamos acessar o Gasômetro? Nós estivemos lá, ontem, no Gasômetro, também. As pessoas, lá, também não têm mais espaço disponível. Então, a criação de um parque naquela Orla é uma necessidade. Vamos ser sensíveis, Prefeito, aos clamores da população. Vai custar algum dinheiro a mais, mas isso vai compensar ao longo da história. Em poucos anos, a população vai ser gratificada, vai ser agradecida pelo que vai se fazer. Então, eu peço sinceramente aos nossos amigos, representantes do Governo Municipal, que façam esse rebaixamento, que mantenham intacto o Parque do Gasômetro. Essa é a minha proposta. Muito obrigado. (Palmas.)

O SR. PRESIDENTE (Professor Garcia): Obrigado, Sr. Ivo. A Ver.^a Sofia Cavedon está com a palavra.

A SRA. SOFIA CAVEDON: Boa noite, Sr. Sebastião Melo, Vice-Prefeito Municipal; Ver. Professor Garcia, Presidente da Casa; Engenheiro Rogério Baú, da Secretaria de Gestão; todos e todas; Vereadores, Vereadoras e população que aqui está. Começo por onde o Ivo fez um apelo. Na verdade, Vice-Prefeito, na Cidade da participação popular, na Cidade que ensinou o mundo, que ainda repercute no mundo inteiro a participação popular, temos a sensação muito ruim de uma participação que não é respeitada, que não repercute nas políticas, que é traída, muitas vezes; traída, porque se esforça, propõe, conquista. Neste caso, quero lembrar – a Jacqueline foi a primeira que falou e historicizou – que não foi fácil escrever no Plano Diretor a previsão do Corredor Parque Gasômetro. Foi um ano, um ano e meio, dois, de luta, de debate, com o Fórum das Entidades. Eu lembro, não é só a luta do Viva Gasômetro, o Fórum das Entidades, que aqui ficou o ano inteiro reunindo, aprovou a proposta, respaldou a proposta, o Ver. Eng^o Comassetto escreveu, foi votada, incorporada e sancionada. Então, não foi um esforço pequeno. E

Câmara Municipal de Porto Alegre
Seção de Taquigrafia
002ª Audiência Pública 24MAR2014

Pauta: Debater o Projeto de Lei Complementar do Executivo nº 020/13.

naquela revisão do Plano Diretor muitas propostas foram rejeitadas, não se conquistou, não se escreveu no Plano. E eu quero lembrar, Sr. Vice-Prefeito, que lá estava escrito o perímetro, mas estava um desenho e uma flechinha escrito “via rebaixada”, “via João Goulart rebaixada”, como justificativa da emenda. Na justificativa da emenda, nosso Prefeito, a primeira questão que justificava a emenda era “rebaixamento da Av. Presidente Goulart”. Estava na intenção do legislador, na votação do legislador, na vontade da população, que emplacou pouquíssimas conquistas naquela revisão do Plano Diretor. Pouquíssimas, a duras penas, com muito trabalho da cidadania ativada nesta Casa.

Eu começo por ali. Por ali, e aí é traída quando, em janeiro do ano passado, começam a cortar árvores e se impõe uma Edvaldo que não foi discutida pela cidade de Porto Alegre! Não foi discutida, estava lá projetada há muito tempo. Estava projetada no Plano Diretor mas não foi discutida. A população se levanta, a população acampa, a população berra e diz “Não, o entorno do Gasômetro nós já ocupamos de outro jeito!” O costume, o hábito, a conquista da cidade de Porto Alegre foi de que esse lugar é de outro jeito. Não é para via expressa, não é para mais carros, não é para Fórmula Indy ou para qualquer coisa que queiram inventar! Não é! A população disse isso, Presidente! Disse isso quando acampada. Foi arrancada de debaixo das árvores pela força policial, pela decisão da Prefeitura de não ouvir. E assumo a parte que me cabe dessa responsabilidade Então, o projeto que vem hoje aqui, portanto, não é uma conquista – lembrava-me bem a Lucimar, que está baseada no Estatuto da Cidade, está escrito; ele é uma remediação, ele é uma conciliação, é uma tentativa de compensação. Então, pelo menos nessa tentativa de compensação do que já foi feito contra a vontade da população e traindo a conquista da população, pelo menos isso: considere esse ponto que a sociedade considera fundamental. E que – mais – no projeto Usina do Gasômetro, que também tem grande questionamento da cidade de Porto Alegre, estava previsto o rebaixamento da via, previsto, divulgado, noticiado, desenhado, Prefeito. Eu tenho aqui os desenhos mostrando que o projeto Usina ia rebaixar a via, também integrando orla e praças.

Então, a nossa insistência é em duas questões, reconhecendo o esforço, Vice-Prefeito, após toda a crise da Usina de buscar mais área, a vontade política do Governo do Estado que está cedendo área aqui, Ver. Brasinha, e nós queremos proteger o que tem de

Câmara Municipal de Porto Alegre
Seção de Taquigrafia
002ª Audiência Pública 24MAR2014

Pauta: Debater o Projeto de Lei Complementar do Executivo nº 020/13.

patrimônio histórico. O próprio DEP, reconhecemos o esforço. Agora, a questão central é a seguinte: o conjunto dessa área tem que integrar um lindo parque que priorize o pedestre, que priorize a bicicleta, que priorize a cultura, priorize o lazer, o encontro, a cadeirinha de praia, o chimarrão – que é a cultura da turma que vai para ali, da Cidade inteira.

O nosso apelo, Prefeito, e não é um apelo para se fazer imediatamente, é para ficar como diretriz para daqui a alguns anos fazer o rebaixamento e fazer, através de concurso público, um estudo aprofundado, democrático do que será o novo Parque do Gasômetro. Sempre é tempo de recuperar a democracia direta, verdadeira e que, de fato, influencia nos governos e na Cidade que nós queremos construir. (Palmas.)

(Manifestações das galerias.)

O SR. PRESIDENTE (Professor Garcia): Queremos também registrar o documento – ele estava inscrito, não conseguiu fazê-lo, mas deixou – que vai ser apensado aos autos, do ex-Vereador, com 18 anos de mandato e ex-Secretário Municipal Artur Zanella. Vou lê-lo. “Parque Usina do Gasômetro. Temos que considerar que o nome Usina do Gasômetro encobre uma informação equivocada, para não dizer algo mais grave, em termos históricos. Na verdade, o prédio hoje denominado Usina do Gasômetro jamais sediou algo ligado a gás, e, sim, referia-se a uma usina termelétrica na zona do Gasômetro, ao lado da indústria que produzia gás e o distribuía principalmente na Cidade Baixa, que eu conheci na época. O prédio que sediou a usina de gás ainda permanece, em parte, em pé, em área hoje ocupada pelo DEP – Departamento de Esgotos Pluviais. Primeira proposição: que este prédio seja restaurado no que for possível e incluído no futuro parque como origem do atual Usina do Gasômetro. Segunda proposição: que seja construído no local, parque, um memorial penitenciário ou museu em memória dos milhares de cidadãos que ali trabalharam ou cumpriram pena no que se nomeava ‘casa de correção’, que nunca corrigiu ninguém, ou ‘cadeião’. O prédio foi demolido na década de 1970 para permitir a construção da Primeira Perimetral, e nem uma lembrança ficou ali daquele prédio centenário que a tantos dramas e tragédias serviu como cenário. Artur Zanella.” Vai ser anexado aos autos.

O Sr. Sylvio Nogueira Pinto Júnior, da Associação Comunitária do Centro Histórico, está com a palavra.

O SR. SYLVIO NOGUEIRA PINTO JÚNIOR: Sr. Presidente, Ver. Professor Garcia, eu quero fazer um agradecimento atrasado. No tempo da descrição do Plano Diretor, que nós participamos, nos fóruns de entidades, o senhor teve uma posição muito corajosa: a questão do Pontal era uma disputa que estava despontando naquela Prefeitura, o senhor era Secretário do Meio Ambiente e foi a favor das nossas posições. Isso é um exemplo de sensibilidade que teve o Ver. Garcia naquele momento, e que eu espero, também, que os Vereadores desta atual Câmara também tenham.

Então, nós participamos em conjunto com muitos representantes dos movimentos sociais na discussão do Plano Diretor, e essa questão que está sendo levantada hoje pela Prefeitura foi discutida e aprovada, e aprovada pela Câmara também. Por que, de repente, mudam um projeto aprovado pela comunidade e pelo Poder Público municipal? O que está por trás dessa mudança de atitude? Essas são as questões fundamentais que devem ser esclarecidas. Dizem que existe a possibilidade de se fazer em Porto Alegre a tal Fórmula Indy, e por isso a largura da Edvaldo, corte de árvores, etc., para privilegiar os interesses comerciais da Fórmula Indy. Tudo bem. Então o túnel prejudicaria, talvez, a passagem das poderosas máquinas da Fórmula Indy naquele espaço na frente da Usina do Gasômetro. Mas isso não é motivo, eu acho também. Isso é possível porque em Monte Carlo tem Fórmulas poderosas, como a Fórmula 1 e tem túneis, e os carros passam embaixo dos túneis da área de Monte Carlo. Como Porto Alegre tem a nossa elite política e econômica, “porque tal cidade tem, nós também temos que ter, tem o parque, tem não sei o quê”, nós também podemos ter um túnel e que passe também nosso trânsito já conturbado e também as máquinas da Fórmula Indy. Podemos ter, não é verdade? Se Monte Carlo tem, por que nós não podemos ter, dentro da lógica que vige hoje em dia? Então essa é uma questão que tem que ser resolvida pela Câmara Municipal.

Eu espero a sensibilidade dos Srs. Vereadores e das Sras. Vereadoras. Essa é a questão central! Nós temos que ouvir a voz da população! Se há contradições que não possam ser resolvidas, vamos fazer então a consulta popular, como se fez na questão do Pontal. Por que não ouvir a população? Esta é que é a questão central. Srs. Vereadores, ouçam pelo

Câmara Municipal de Porto Alegre
Seção de Taquigrafia
002ª Audiência Pública 24MAR2014

Pauta: Debater o Projeto de Lei Complementar do Executivo nº 020/13.

menos de vez em quando a população em projetos que existem contradições importantes. Esta que é a questão! Esta Câmara, que é eleita pela comunidade, tem que ter sensibilidade democrática de ouvir a sua população, porque muitas vezes ela ouve outros interesses que não são da população e votam projetos que não são, no conjunto, favoráveis à população.

Este apelo que deixamos aos Srs. Vereadores e às Sras. Vereadoras: que mantenham o projeto votado pelos representantes da comunidade e do Poder Legislativo à época, não provendo modificações que vão de encontro a essa ideia que nós temos de manter a Cidade realmente uma cidade que tenha um convívio democrático e participativo da sua população.

Eu estive neste fim de semana aqui, e vi milhares de pessoas que estavam nestas ruas aqui da Usina do Gasômetro fazendo exposições e movimentos de arte, crianças e tudo mais, com o perigo do trânsito. Por que não acabar com esse trânsito, ligar todas as praças adjacentes num grande espaço público que possa, sem perigo nenhum, sem atropelo nenhum para os carros, inclusive, que é preocupação dos motoristas, de atropelar um cidadão ou cidadã, ou uma criança, eventualmente? Essa é a questão que levanto e peço, reafirmo a necessidade, sim, mais uma vez, que esses Srs. Vereadores e Sras. Vereadoras tenham essa sensibilidade. Não vamos permitir mais que as posições das comunidades que foram legalizadas por vocês mesmos sejam atropeladas por interesses, muitas vezes, muito pouco claros. (Palmas.)

O SR. PRESIDENTE (Professor Garcia): Obrigado, Sr. Sylvio. O Ver. Airto Ferronato está com a palavra.

O SR. AIRTO FERRONATO: Caro Presidente Garcia, Vice-Prefeito Melo, e quero fazer uma saudação ao Rogério Baú, que está conosco. Quero trazer um abraço a todos os que aqui estão. Estamos num momento interessante, discutindo um tema altamente relevante para a cidade de Porto Alegre, por isso é preciso sensibilidade, responsabilidade e muita seriedade no tema que aqui se trata. Ouvindo as manifestações, quero registrar que isso está efetivamente acontecendo, ou seja, cada um com as suas

Câmara Municipal de Porto Alegre
Seção de Taquigrafia
002ª Audiência Pública 24MAR2014

Pauta: Debater o Projeto de Lei Complementar do Executivo nº 020/13.

posições, por mais fortes que elas sejam, respeitando a posição dos demais manifestantes.

Quero trazer um abraço às senhoras, aos senhores, aos nossos Vereadores e Vereadoras de Porto Alegre.

Como Líder de Governo, começo conversando sobre a participação popular, meu caro Ver. Brasinha. Fui eu, como Líder de Governo, Ver.^a Sofia, quem escreveu e assinou, quem pediu, meu caro Melo, para não votar o projeto em dezembro. Fui eu. E eu não fiz porque fiz; antes de fazer conversei com o Governo, e muito particularmente com o amigo, Vice-Prefeito Sebastião Melo. E nós chegamos à conclusão, lá em dezembro, da importância da audiência pública. Fui eu. Não fui só eu, fomos todos nós, Vereadores e Vereadoras, com a manifestação daqueles que aqui estavam, portanto, participação popular. Fui eu o relator-geral do projeto que tratou do Plano Diretor de Porto Alegre lá do Centro Histórico e do Cais Mauá. Nós construímos uma emenda, e com o nosso relatório aprovado, inserimos no Plano Diretor, meu caro Ver. Pujol, a criação do corredor do Gasômetro, e nesta criação inserimos também a previsão de que o Município de Porto Alegre encaminharia para a Câmara um projeto neste sentido. E estamos com o projeto.

A Ver.^a Sofia, com todo o respeito que merece, fala de uma série de questões, inclusive dizendo que o Governo do Estado cedeu a área. Eu estava na reunião em que se tratou disso quando o Governo do Estado exigiu algumas permutas; o Governo do Estado não cedeu área, foi uma permuta da CEEE com a Prefeitura – a Prefeitura pega essa área e cede outra –, uma vitória para o nosso Parque do Gasômetro, que se ampliou muito, e concordo com tudo o que aqui foi dito, com a possibilidade de se instalar aí os nossos museus. Quero dizer que fui eu, que era diretor-geral do DEP quando trouxemos aqui para o centro, na minha gestão, a fábrica de tubos de cimento e concreto para Porto Alegre – e isso não podia acontecer. É uma vitória de Porto Alegre a nossa usina.

Para concluir, o projeto trata da delimitação da área, delimita o espaço. Meus caros jovens, e nem tanto, que aqui estão, acredito que se nós, os 36 Vereadores, começarmos a apresentar emendas, cada um querendo tirar uma beirada, nós vamos construir um monstro que inviabiliza Porto Alegre; portanto, a luta de vocês é justa. O Governo está atento. Nós estamos juntos, Câmara e Prefeitura Municipal; construiremos o melhor para

Porto Alegre e para o nosso cidadão. Agora, aqui, nós estamos delimitando a área. Um abraço fraterno e carinhoso a todos vocês! Obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Professor Garcia): O Sr. Marcelo Kalil, da Mobicidade, está com a palavra.

O SR. MARCELO GUIDOUX KALIL: Boa noite a todos. Só eu que ouvi que a delimitação do parque, a Avenida João Goulart, não inclui a conhecida como Usina do Gasômetro? Como é que a gente vai unificar as praças Brigadeiro Sampaio e Júlio Mesquita num grande parque? Por onde, senão aterrando ou acabando com aquela Avenida?

(Manifestações nas galerias.)

O SR. MARCELO GUIDOUX KALIL: É só o nome que vão dar, é só isso que vai mudar aparentemente.

Em 2013, logo depois do corte das árvores da Praça para a duplicação da Beira-Rio, a Mobicidade participou das audiências públicas e questionou a EPTC sobre o atual modelo de planejamento de trânsito. Mais uma vez, a gente questionou os arquitetos da EPTC, que não responderam nada para a gente: que exemplo que eles nos davam de cidade que teria reduzido os seus congestionamentos, alargando vias. Não responderam. Por quê? A experiência já provou em várias cidades que construções de viadutos e alargamentos de vias só aliviam o trânsito por alguns meses, principalmente logo depois da obra. Quatro anos depois já volta a congestionar. Os carros são atraídos para aquela via rápida e pela conveniência que ela dá. E logo em seguida já tem congestionamento de novo. Os exemplos estão por todo lado, não precisa falar. Até mesmo Brasília, que foi projetada para nunca congestionar, foi projetada pensando no automóvel, hoje em dia está parada.

A tendência mundial hoje é o oposto do que está sendo feito em Porto Alegre. Remover espaço de automóveis particulares e dividir isso entre pedestres, ciclistas e transporte coletivo. Paris está tirando uma via expressa na orla do rio Sena e devolvendo aos pedestres; aos poucos está fazendo isso – o oposto de Porto Alegre. Porto Alegre está

alargando uma via e dando o nome de parque, mas não mudando nada. Um parque com uma via no meio não é um parque.

(Manifestação fora do microfone. Inaudível.)

O SR. MARCELO GUIDOUX KALIL: Já não é a primeira vez. Na outra audiência sobre o mesmo tema eu o critiquei porque ele estava ao celular; ele está sempre ao celular, ele sempre tem muitas coisas. Por isso é que não dão resultados essas audiências.

Então, grandes vias expressas degradam a cidade, aumentam a criminalidade, a poluição e não resolvem a questão da mobilidade. Porto Alegre tem que fazer uma escolha, Vice-Prefeito, se quer ter transporte coletivo ágil, confiável e conveniente e espaços públicos de qualidade, ou ter vias largas e confortáveis para os automóveis particulares circularem em alta velocidade. Não dá para ter os dois!

A atual ideia do Governo é o maior absurdo. Querem duplicar a via agora e prometer o enterramento dessa via daqui a 10, 15 anos. Isso, Vice-Prefeito, é desperdício do dinheiro público! Uma obra dessas tem que ser prevista para durar 50, cem anos. Fazer isso é puro desperdício do dinheiro público, uma irresponsabilidade!

Existem soluções mais baratas e mais eficientes para aliviar o trânsito naquele local, que por sinal nem congestionam. A Mobilidade está aberta para discutir isso com a Prefeitura; se tiver interesse, nós estamos abertos para discutir as propostas com a Prefeitura e com a população de Porto Alegre. Só quem lucra com o projeto atual, esse de duplicar a via e depois enterrá-la, são as empreiteiras e o Governo, que empurra com a barriga e agrada aos seus financiadores. Toda a população perde, perde um acesso fácil à orla, perde a chance de ter recursos aplicados, que teriam resultados positivos para a mobilidade da Cidade – vai desperdiçar recursos – e perde a oportunidade de ter um parque num futuro próximo. Um verdadeiro parque, não esse falso que estão dando aí para a gente! Muito obrigado.

(Manifestações nas galerias.)

O SR. PRESIDENTE (Professor Garcia): Obrigado, Marcelo. O Ver. Marcelo Sgarbossa está com a palavra.

O SR. MARCELO SGARBOSSA: Boa noite a todos e a todas. Bom, 80% do que eu tinha escrito aqui para me lembrar de falar foi dito pela Ver.^a Sofia ou pelos que me antecederam, em especial pelo Marcelo Kalil. Então, eu vou me deter numa questão que é um pouco um balde de água fria, porque naquela audiência do Jaime Lerner – provavelmente muitos estavam aqui –, em que nós discutimos o Cais, o IAB pediu uma coisa só, Vice-Prefeito: que ficasse exposto aqui em baixo o projeto, que as pessoas pudessem consultar. Então, vejam, nem isso se conseguiu. Então, não sei se a gente pode continuar chamando isso de Audiência Pública, ou é simplesmente um lugar onde você fala, não há nenhuma vinculatividade, não influencia em nada. Não quero desanimar, mais acho importante a gente ter esse choque de realidade. Isso está previsto – o Anélio me lembrava –, desde 2007, a Região do Planejamento 1 já sugeria o rebaixamento da pista; por isso, no projeto do Cais do Porto, o Jaime Lerner coloca um pedaço rebaixado, ali da Praça Brigadeiro Sampaio até o centro comercial que teria no projeto. Então, eu não faço aqui uma fala emocionada, com frases de efeito – não estou dizendo que outros fizeram isso –, mas, não vou fazer simplesmente para dizer: não tenho ilusões de que o que discutirmos aqui de alguma forma será entendido. Porque só para relembrar a frase do Marcelo Kalil, ele colocou, fez essa pergunta para as técnicas da EPTC: “Em que lugar do mundo se reduziu os congestionamentos, ampliando via?” Não há resposta para isso. Outra pergunta, essa feita por mim, também não teve resposta: qual a estimativa da quantidade de automóveis daqui a 5 ou 10 anos? Caberão nas vias que estão sendo ampliadas? Então, essa é a ideia. Os argumentos públicos que se colocam – primeiro: isso é dinheiro barato por conta da Copa. Bom, teremos que pagar. Então, por mais barato que seja o juro, pagaremos nos próximos 20, 30 anos; segundo: essas obras estavam previstas há 30 anos. Bom, gente, não é porque uma coisa está prevista há 30 anos, que precisa necessariamente executá-la. Eu duvido que há 30 anos, quem pensou nessas obras de duplicação de vias, de alargamento de vias, cogitava que cada pessoa teria um dia a possibilidade de ter um automóvel, um veículo individual, particular automotor. Então, vejam, não precisamos ficar engessados a um

Câmara Municipal de Porto Alegre
Seção de Taquigrafia
002ª Audiência Pública 24MAR2014

Pauta: Debater o Projeto de Lei Complementar do Executivo nº 020/13.

passado que errou no seu planejamento, em pensar que a Cidade, como a Prefeitura tem dado continuidade a essa ideia rodoviarista de cidade, em que convida as pessoas a terem mais o seu veículo individual, convida para a velocidade. Então, é com uma grande lástima e sem muitas expectativas que uma Audiência Pública poderá resultar em alguma alteração no que está aí colocado no projeto de lei. Rebaixamento e um parque na Usina do Gasômetro com a Usina do Gasômetro, parece-me lógico. Muito obrigado. (Palmas.)

O SR. PRESIDENTE (Professor Garcia): Obrigado. Ver. Marcelo Sgarbossa, só quero fazer um registro, V. Exa. é Vereador e sabe que uma Audiência Pública não tem o caráter deliberativo, mas, sim, de esclarecer e buscar mais conhecimentos. É por isso que esta Casa entende que deveria fazê-lo, e V. Exa., inclusive, aprovou isso que estamos votando hoje. É só o registro que eu acho que é importante. O Sr. Flavio Sachs, do movimento Quantas Copas Por Uma Copa, está com a palavra.

O SR. FLÁVIO SACHS BEYLOUNI: Boa noite a todos, represento o movimento Quantas Copas Por Uma Copa. No início do ano passado, eu fiz uma filmagem da Av. Edvaldo Pereira Paiva, numa sexta-feira, às 18h, exatamente para pegar o pior horário do dia e da semana, para mostrar o que uma amiga minha, Inês Chagas, me falou – ela mora perto do Gasômetro –, que havia só tranca, por causa da sinaleira para pedestres ali na frente. E deu para verificar exatamente isso, que se não fosse a sinaleira para pedestres, os carros iam fluir normalmente. Então, eu fui à EPTC e protocolei um pedido para ver o estudo de demanda, que motivaria o alargamento da via. Bom, estou esperando há nove meses, liguei para lá várias vezes, disseram que eu poderia ir lá e pedir urgência. Fui e pedi, sem resposta nenhuma. Alguém me disse que não existe esse estudo de demanda. Então, fico pensando como é possível alargar uma via no “achismo”? (Palmas.) Será que existe esse estudo ou não? Se existe, bom, ele terá que aparecer em algum momento. Quem assinou esse estudo? Foi feita uma contagem dos carros que passam, uma média por hora em cada momento do dia? Bom, isso é uma coisa.

Também há o seguinte, se a via não for rebaixada, se ela for alargada na superfície, a sinaleira para pedestres vai continuar existindo, porque as pessoas têm que chegar na Orla. E essas sinaleiras para pedestres têm que ter um tempo maior, porque 10 ou 15

Câmara Municipal de Porto Alegre
Seção de Taquigrafia
002ª Audiência Pública 24MAR2014

Pauta: Debater o Projeto de Lei Complementar do Executivo nº 020/13.

segundos não vão ser suficientes para as pessoas atravessarem seis, oito faixas, não vai ser possível. Então, exatamente o item que está causando congestionamento hoje, vai causar mais congestionamento, porque o tempo que os carros terão que ficar parados nas sinalizadas vai ser maior. Então, é uma coisa louca; alargar uma via na única via que as pessoas têm para atravessar – não tem passarela, é por sinalizada. Então os carros terão que ficar mais tempo parados, será ser pior. Como se a gente não tivesse dezenas e dezenas de estudos feitos fora do Brasil provando que o alargamento de vias faz o trânsito da cidade piorar. Eu concordo em gênero, número e grau com o Marcelo Kalil. Ele sabe muito sobre esse assunto. Então, eu gostaria, acima de tudo, já para finalizar, que as audiências públicas tivessem realmente um peso muito grande nas decisões dos nossos legisladores. A gente vem aqui, fala, escuta, mas as coisas continuam sendo feitas da mesma maneira que antes. Só isso. (Palmas.)

O SR. PRESIDENTE (Professor Garcia): O Ver. Reginaldo Pujol está com a palavra.

O SR. REGINALDO PUJOL: Sr. Presidente, Srs. Vereadores, Sras. Vereadoras, participantes em geral desta audiência pública, eu me sinto muito à vontade nesta tribuna até porque sabem muito bem, aqueles que convivem mais intensamente com o cotidiano desta Casa, que, via de regra, eu tenho sustentado que nas audiências públicas os Vereadores não têm que falar, os Vereadores têm que ouvir porque, afinal de contas, eles têm a oportunidade de falar todo dia e toda hora desta tribuna. Ouvir, nem sempre eles têm a oportunidade como estamos tendo agora, de ouvir as mais diversas opiniões. Muitas delas asseverando posições com as quais eventualmente discordamos, mas todas elas colocadas de forma muito respeitosa, muito civilizada, muito democrática, e eu quero, antes de mais nada, aplaudir todos os participantes desta audiência pela forma como ela vem sendo conduzida com a participação de todos.

Por isso, eu quero dizer que o entusiasmo que eu vejo nos aplausos e em alguns pronunciamentos e até mesmo no esboço das vaias e dos apupos que aqui surgem não diminuem, não modificam, não reduzem o meu desejo de participar desta audiência para, de um lado, prestar uma homenagem a uma lutadora, que é a minha querida amiga Jacqueline Sanchotene, que é a grande lutadora por este parque, que eu espero que se

Câmara Municipal de Porto Alegre
Seção de Taquigrafia
002ª Audiência Pública 24MAR2014

Pauta: Debater o Projeto de Lei Complementar do Executivo nº 020/13.

realize com a maior brevidade possível. Por isso, eu gostaria de buscar alguma objetividade, que não é a minha característica maior, mas vou tentar perguntando a todos se acreditam que, ao delimitarmos, hoje, amanhã ou depois de amanhã, quando a lei for efetivamente votada, as dimensões do parque, do corredor, do que eu entendo ser o complexo do Parque do Gasômetro, que estamos liquidando o assunto. Por que alguns acreditam que, a área sendo delimitada, não possa amanhã, Ver.^a Sofia, a sua ideia vir a ser realizada por ela se tornar exequível? Por que não se admitir que esta tentativa de vincular a orla ao parque possa ser alcançada por outro meio que não o de hoje proposto se outro melhor vier a acontecer nesse meio tempo? Por que isso? Por que essa ideia fixa de que as coisas só podem acontecer de uma forma e que a solução é privilégio de poucos e que outro sequer tem o direito de opinar sobre isso? Por quê, meu caro Vice-Prefeito? Eu quero dizer a todos que aqui estão presentes, repetir inclusive o que afirmei há cerca de 18 meses passados quando, meu caro Ver. Ferronato, na sua ausência, eu respondia pelo Governo, eu disse que o Governo tinha o compromisso com a comunidade de levar a termo o projeto do Parque do Gasômetro, e isso está sendo cumprido. A maneira, o *modus*, as pequenas ou grandes alterações, os desejos realizados ou não realizados não diminuem de forma alguma, até realçam a relevância da decisão do Governo de levar adiante o Parque do Gasômetro.

Por isso, Vereador-Presidente, ao cumprimentá-lo pela condução dos trabalhos, eu quero mais uma vez repetir: eu espero e fui voto vencido em dezembro – o Ver. Ferronato e a Ver.^a Sofia entre si combinaram e eu me curvei à decisão de não votar a matéria em dezembro e, sim, em fevereiro, o que não foi sequer possível – mas eu espero que ao menos em março seja possível terminarmos com esta novela. Isso não pode ser uma novela das nossas televisões, onde o sonho é levado aos extremos. Nós temos que colocar o pé na realidade! E se é possível se dar o primeiro grande passo, vamos dá-lo sem temor nenhum! E, para isso, eu estou disposto a contribuir.

De qualquer sorte, e ao concluir, Sr. Presidente, quero dizer que eu também não tenho a pretensão de ser o dono da verdade, deixar que as minhas posições de hoje possam ser imutáveis, que elas não possam ser alteradas no dia de amanhã. Só entendo que nós não temos mais tempo a perder, que o que está conquistado tem que ser consolidado. Com aquilo que já foi construído, vamos em frente, vamos consolidá-lo! E se amanhã ou depois

Câmara Municipal de Porto Alegre
Seção de Taquigrafia
002ª Audiência Pública 24MAR2014
Pauta: Debater o Projeto de Lei Complementar do Executivo nº 020/13.

o que foi conquistado e consolidado puder ser aumentado, iremos aumentá-lo, por que não? Não somos intransigentes, mas o importante, meus senhores e minhas senhoras, é que nós não percamos essa oportunidade.

E, cá para nós, não vamos protelar mais ainda a alegria de vermos definitivamente superado esse obstáculo, definida a delimitação do complexo do Parque do Gasômetro, estaremos dando o primeiro grande passo! Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Professor Garcia): O Sr. Paulo Guarnieri, da Associação Comunitária do Centro Histórico, está com a palavra.

O SR. PAULO GUARNIERI: Primeiro, boa noite a todos e a todas, quero fazer uma saudação ao nosso Vice-Prefeito Sebastião Melo; saudando-o, saúdo os servidores do Executivo presentes; saudando o Professor Garcia, saúdo a todos os Vereadores e Vereadoras presentes; saúdo todos os militantes do movimento social aqui presentes; e os funcionários desta Casa, que têm a paciência de nos acompanhar até esta hora.

A Associação Comunitária do Centro Histórico congrega moradores do Centro da Cidade. E aqui, com toda a tranquilidade, queremos colocar a nossa opinião, sem o propósito, Vice-Prefeito, de promover um exercício de oposição ao Executivo Municipal, não queremos que seja assim entendido.

A comunidade vem de longe fazendo esse debate, desde a revisão do Plano Diretor, quando foi instituído o Fórum de Entidades, que acolhemos essa proposta da RGP1 – Região Geral de Planejamento 1 da Cidade, do órgão colegiado de participação popular no planejamento da Cidade, que, no meu entendimento, é aquilo que concretiza a exigência do Orçamento Participativo, inscrito no Estatuto da Cidade. Pois essa proposta da RGP1 foi trabalhada pelo nosso bravo companheiro, combatente, Cesar Cardia, e formatada como emenda ao Plano Diretor, apresentada no início do debate, em 2009. Claro, que isso não foi consenso, e não sendo consenso, não foi aprovado em 2010 e ficou para o debate de 2011, em que todas as emendas tiveram que ser reapresentadas. Aí as organizações populares, que tinham muita dificuldade em dialogar com os parlamentares em relação à revisão do Plano Diretor, abriram mão do protagonismo da emenda. E assim o fizeram, acertadamente – porque a história comprovou –, e o parque

Câmara Municipal de Porto Alegre
Seção de Taquigrafia
002ª Audiência Pública 24MAR2014
Pauta: Debater o Projeto de Lei Complementar do Executivo nº 020/13.

único ficou gravado no Plano Diretor, e assim está no art. 154, não com o nome Parque do Gasômetro, mas com o nome orla, até a ponta do Cais.

Então, repito e sublinho: é prioridade regional encaminhada pela RGP1 debatida pela comunidade. E é por esta razão que nós estamos aqui fazendo essa defesa.

O que é que nós queremos? Queremos a integração das Praças Júlio Mesquita e Brigadeiro Sampaio ao Gasômetro. Por quê? Porque é neste sentido que se realiza na prática o grande fluxo de pedestres naquela região! Não é entre o Parque da Harmonia – agora denominado Parque Maurício Sirotsky – e o Gasômetro, não é por ali, é pelas praças. Muitos domingos passamos ali no parque com nosso grupo de trabalho, conversando com as pessoas, já há mais de um mês, e constamos a veracidade disso que estamos colocando aqui: a esmagadora maioria do fluxo para o Gasômetro parte das Praças Brigadeiro Sampaio e Júlio Mesquita.

Então, o problema real é a travessia das pessoas. E, aqui, eu quero resgatar os mais vulneráveis, as pessoas com deficiência, as gestantes, os idosos, as crianças, os animais domésticos. Todos vulneráveis a essa travessia. E com a ampliação da pista, muito mais! Precisamos mitigar o impacto dessa avenida.

A aceitação do parque único é admitir a necessidade de mitigar o impacto promovido por uma avenida que, na realidade, já cruza por um grande parque. Um parque composto, na prática, pelas pessoas no seu uso.

Para concluir, o importante é o parque único, a redação que está no Plano Diretor, e, aqui, convidamos todos os Vereadores para assinarem essa emenda, porque o Projeto de Lei nº 020/13 tira, do Parque do Gasômetro, o Gasômetro, e não é possível entender o Parque do Gasômetro sem o Gasômetro. A alteração urbanística executiva, disse muito bem, aqui, o companheiro Sílvio, pode ser lançada para o debate com a população para que todos sejam ouvidos, Ver. Pujol. Obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Professor Garcia): Obrigado, Paulo. O Ver. Alceu Brasinha está com a palavra.

O SR. ALCEU BRASINHA: Sr. Presidente, Srs. Vereadores, Sras. Vereadoras, senhores ambientalistas, senhores representantes das entidades, Vice-Prefeito Sebastião Melo,

hoje completam 81 dias de presidência do Professor Garcia, levando os trabalhos nas melhores condições possíveis, na tranquilidade, e eu estou impressionado com o seu trabalho, dedicado, diferentemente de outros presidentes, não o Sr. Sebastião Melo. Parabéns, Professor Garcia pela sua inteira dedicação a este plenário e a esta Câmara de Vereadores.

Senhores, eu acho muito importante, e tenho debatido, também, e acompanhado, no Plano Diretor, o Parque do Gasômetro. E, também, a Jacqueline, do Movimento Viva Gasômetro, é uma lutadora intensa, sempre batendo nos gabinetes, cobrando a atitude dos Vereadores, e eu sempre a admirei.

Mas eu quero dizer para a Ver.^a Sofia, e sempre participei naquele momento da retirada das árvores, e a senhora citou, que este Governo, do qual faço parte, e tenho certeza de que vocês estão fazendo uma reivindicação justa, mas quem traiu a sua confiança foi o seu governo, que mandou a Brigada Militar retirar. Em momento algum o nosso Prefeito, e o nosso Vice-Prefeito traíram a confiança dos moradores e dos ambientalistas. Em hipótese nenhuma, Vereadora. Não é mentira, meu amigo!

Quem manda na Brigada Militar? Não é o Prefeito de Porto Alegre! Quem manda na Brigada Militar é o Governador Tarso Genro!

Então, Vereadora, em momento algum este Governo traiu a confiança dos senhores. Em hipótese alguma!

(Manifestações nas galerias.)

O SR. ALCEU BRASINHA: Eu quero dizer para o senhor que está falando, os técnicos, o Executivo, quando estudam um projeto, elaboram um projeto, dias e noites, eu quero dizer que não gosto de emendas, não gosto. Digo isso claramente para os meus colegas, aqui, porque quando fazem as emendas, estragam o projeto! Eu não gosto de emenda.

Eu costumo dizer que emenda é puxadinho, se transforma numa gambiarra. Eu sou contra emendas, sempre fui. Gosto de um projeto bem elaborado, bem discutido. Nos meus projetos, não gosto de emendas. E eu digo para os meus colegas, e eles comprovam isso.

E quando esteve, aqui, o Jaime Lerner, que é um arquiteto respeitado no mundo todo, foi um desrespeito o que fizeram com o homem, aqui! O senhor desrespeitou o Jaime Lerner! O senhor, que estava ao meu lado, desrespeitou o Jaime Lerner!

O SR. PRESIDENTE (Professor Garcia): Ver. Brasinha, por gentileza.

O SR. ALCEU BRASINHA: Pelo contrário, o Jaime Lerner é recebido com tapete vermelho nos outros lugares. Só aqui que não pode! (Vaias.) Não tem problema, podem vaiar mais. Vocês podem se manifestar, porque têm razão. Eu não falei que o cidadão desrespeitou o Jaime Lerner. Ele estava sentado do meu lado. Sr. Gil, ele estava do seu lado, e o senhor desrespeitou o Jaime Lerner.

O SR. PRESIDENTE (Professor Garcia): Para concluir, Vereador.

O SR. ALCEU BRASINHA: Senhores, viva o Gasômetro! Jacqueline, batalha mais, porque vai dar! Obrigado. (Vaias.)

O SR. PRESIDENTE (Professor Garcia): Senhoras e senhores, a Casa do Povo é exatamente isto: saber conviver com o contraditório. Essa é uma das grandes vantagens da democracia. Vamos passar a palavra, agora, ao Executivo, ao Vice-Prefeito Sebastião Melo, para as suas considerações em relação ao projeto e à posição do Governo.

O SR. SEBASTIÃO MELO: Quero saudar o Presidente, estendendo aos demais Vereadores, mas, especialmente, saudar os participantes deste encontro, que são a razão dele. É uma Audiência Pública, divulgada pelas redes sociais, e é uma oportunidade que temos de qualificar o projeto – audiência pública tem essa finalidade. Bom, dialogar não é informar; dialogar é respeitar posições contraditórias, e, do contraditório, você aperfeiçoar. Eu quero enfrentar, nesse curto espaço de tempo, várias questões aqui colocadas. Primeiro, o Governo assumiu o compromisso de regulamentar um artigo de lei que se tornou uma lei esparsa, do nosso querido Ver. Comassetto, que brotou da revisão do Plano Diretor de 2009 – eu era Presidente da Casa naquela época, lembro muito bem

Câmara Municipal de Porto Alegre
Seção de Taquigrafia
002ª Audiência Pública 24MAR2014

Pauta: Debater o Projeto de Lei Complementar do Executivo nº 020/13.

dessa matéria. O Ver. Comassetto fez um traçado que não é exequível, porque ele pegava, por exemplo, parte de uma área que, hoje, está destinada ao Cais do Porto. Bom, qual é o grande ganho deste debate, Presidente? Acho que temos que destacar isso aqui, em primeiro lugar. Esta área aqui da frente é uma área que, lá atrás – não sei se no Governo do Rigotto, Britto, Collares –, foi comprada por índice construtivo pela Prefeitura, pelo Município, numa transação com a CEEE. A Advogada Magda entrou com uma ação – acho que ação popular – e essa matéria foi ao Judiciário, 1ª instância, teve julgamento final, e foi isso desfeito. Então essa área voltou para a CEEE. Bom, o que nós temos feito, lá, diariamente, com o Governo do Estado, Ver.^a Sofia? Nós temos uma mesa... Por exemplo, a CEEE quer construir várias subestações em Porto Alegre, como essa do Beira-Rio, que é uma área do Município. Então nós estamos fazendo um acerto de contas, ou seja, vamos fazer algumas permutas. Essa área, cuja maior parte é da CEEE, passa para o Município de Porto Alegre, e o Município compensa a CEEE em outras regiões da Cidade. Isso é um ganho enorme para essa matéria. Então nós vamos retirar a fábrica de tubos aqui do DEP, vamos limpar a área, no que diz respeito ao Município, incorporando a área da CEEE. Isso é um ganho enorme, porque isso não estava na discussão, quando o Ver. Comassetto fez a lei. Então eu quero dizer que, com essas reuniões que aconteceram, com o Ministério Público, audiências públicas, debates, houve, sem dúvida alguma, um avanço, como a conquista dessa área. Então essa é a primeira questão a dizer.

Bom, o Governo Federal... Aqueles prédios ali são prédios tombados, e o IPHAN vai estar nesse projeto. Tudo isso que vocês colocaram aqui... Eu quero pedir desculpa, eu estava conversando quando o Marcelo estava na tribuna, e eu convidei a Andréa, porque ela é da SMURB e conhece essa matéria. Eu estava perguntando para a Andréa sobre o traçado, porque tinham me dito, lá atrás, que o estacionamento era, também, Maurício Sirotsky Sobrinho – eu tinha entendido isso lá atrás, em reuniões nossas. Ela me disse que não, que o estacionamento em frente ao Gasômetro é uma área que não está no Parque Maurício Sirotsky. Então eu acho que, quanto à posição trazida – inclusive, o Líder do Governo tinha falado sobre isso –, eu não vejo nenhum problema nisso. Acho que, se é isso que você me colocou, Andréa, não tem nenhum problema em incorporar a Usina do Gasômetro junto com o estacionamento, como essa questão do Parque

Câmara Municipal de Porto Alegre
Seção de Taquigrafia
002ª Audiência Pública 24MAR2014

Pauta: Debater o Projeto de Lei Complementar do Executivo nº 020/13.

Gasômetro – não vejo nenhum problema nisso. Então, veja que as contribuições são vindas, e o que for possível, evidentemente, vamos incorporar. Agora, tudo isso que vocês estão dizendo, aqui, nós aqui nos conhecemos, eu fui Vereador aqui em vários mandatos e acho que Governo tem que ter muito diálogo, tem que ter paciência, tem que ter transparência, tem que ter franqueza. Muitas vezes o Governo tem que dizer sim, muitas vezes o Governo tem que dizer não, mas tem que ter diálogo permanente, isso é fundamental para a vida de um Governo. Tudo isso que vocês estão dizendo é o seguinte: nós queremos o rebaixamento da pista. Olha, se isso vai ser assim, ou não vai ser assim, isso nós temos que tratar nos projetos executivos que vão conceber o Parque do Gasômetro, e aqui está a palavra do Prefeito Fortunato e do Vice: nós não faremos, absolutamente, nada disso sem conversar com vocês, com a Câmara de Vereadores e com a comunidade. Agora, o que não dá é para botar uma emenda sobre uma matéria dessas. E se tem um sítio arqueológico ali? Aí não dá para fazer, então não se poderá fazer, porque foi feita uma emenda onde diz que deve haver o rebaixamento: não se pode fazer isso aqui! A senhora está dizendo que pode, mas há alguém que diz que não pode; o Ministério Público vai dizer que pode ou não pode. Eu quero dizer que nós estamos com esta agenda aberta. Por exemplo, nós já dissemos, o Prefeito já falou, eu já falei sobre isso, o que a comunidade pensa sobre a questão do nosso aeromóvel, na revitalização vai ficar? Não vai ficar? Como é que nós vamos conceber isso? Nós não vamos fazer isso por decreto; nós queremos fazer isso no diálogo. Agora, eu quero dizer para vocês, meus amigos, que eu vivo a militância há bastante tempo aqui, no dia a dia da luta da Cidade, eu quero botar apenas para a reflexão esse tema, porque eu acho que a audiência pública serve para discutir todos os temas: o Brasil, o Rio Grande, a nossa Cidade. Eu acho que o Brasil tem, sim, uma política errática, equivocada, sobre a questão de veículos particulares, que foi concebida no Governo de Juscelino, quando botou as primeiras montadoras no Brasil, e todos os Presidentes que o sucederam têm feito deste o País do carro particular. Isso é real, isso é verdadeiro, basta o ABC Paulista dar um berro lá, que os parques estão lotados, que arrumam uma maneira de exonerar para botar mais carros na Cidade. Isso é real! Ou vocês não lembram, os mais velhos, quando os filhos da classe média ou da classe alta tiravam a carteira, faziam um banquete para dizer que o filho tinha tirado a carteira de motorista – não lembram disso? Então, este é um País que,

Câmara Municipal de Porto Alegre
Seção de Taquigrafia
002ª Audiência Pública 24MAR2014

Pauta: Debater o Projeto de Lei Complementar do Executivo nº 020/13.

lamentavelmente, cultivou o automóvel ao longo de todo esse tempo e não privilegiou uma agenda de transporte coletivo qualificado. Agora, vamos dialogar aqui com a franqueza que tem que ser aqui dessa tribuna – vocês acham que se faz metrô com o dinheiro municipal? Digam-me em qual lugar do mundo que tem transporte coletivo de qualidade com o dinheiro municipal? Com o dinheiro municipal? Não tem coordenação municipal. O que eu quero dizer com isso é o seguinte: é que a agenda de mobilidade urbana tem que ser uma agenda nacional, porque este é o País que mais imposto arrecada no mundo, mas 64% do que é arrecadado fica com Brasília, mas as pessoas moram nas cidades. Então, meus caros amigos, quero dizer, Presidente, que nós estamos aqui traçando o traçado do Parque. Sobre o traçado do Parque, as emendas vamos analisá-las na sua inteireza e esta Casa é autônoma e vai tomar a sua decisão no dia que tiver que tomar, mas eu quero dizer que, por parte do Governo, todas as Emendas que dizem respeito ao traçado do Parque nós vamos dar uma atenção muito especial através das Lideranças do Governo, porque se trata do traçado do Parque. Tem, por exemplo, uma emenda do Presidente, que diz: não queremos estacionamento no Parque. Bom, vamos dialogar. Mas, vamos analisar agora, o que eu acho que não dá, Sofia – e eu estou assumindo aqui o compromisso: eu acho se vai ser uma trincheira, se vai ser por cima, como vai ser? Agora, evidente que o Governo vai ter que encontrar com o Instituto dos Arquitetos, com o Viva Gasômetro, com a Associação do Centro, com a sociedade, com a Câmara de Vereadores, um *modus operandi* de fazer isso. E quero dizer que é essa a intenção do Governo e é assim que o Governo vai caminhar, não vamos ver bicho de sete cabeças nisso. Então, Presidente, quero aqui agradecer, sou daqueles que acredita muito em Audiência Pública, acho que nós vivemos momentos que desqualificaram as audiências públicas quando as tornaram numa grenalização. O que é a favor ou contra – nós não estamos aqui para ser a favor, nós estamos aqui para poder melhorar o que está aqui, esta é a finalidade da Audiência Pública. Não é por que o Governo propôs que está tudo errado, e não é por que a população colocou que está tudo certo! Temos que cumprir a Lei na inteiriza, em tudo. Então, eu vou ficando por aqui, coloco-me à disposição caso não tenha respondido a algum questionamento. Quero dizer que, com diálogo permanente, respeito cada um de vocês, conheço a maioria, sei que são pessoas bem-intencionadas, que querem o bem desta Cidade, que vêm às audiências

Câmara Municipal de Porto Alegre
Seção de Taquigrafia
002ª Audiência Pública 24MAR2014

Pauta: Debater o Projeto de Lei Complementar do Executivo nº 020/13.

públicas, que participam dos movimentos, porque sabem, exatamente, que só assim nós vamos produzir uma Cidade presente melhor, mas especialmente para ficar para os que virão depois. Então, isso merece muitos aplausos, merece muito respeito. Eu sempre vejo que uma discórdia é um aplauso de quem não concorda momentaneamente, mas que pode ser acertado ali na frente. Então, uma audiência tem que ser isso. Esta Casa produz muitas audiências, Presidente, o senhor tem conduzido, como disse o Brasinha, muito bem. Quero dizer que a audiência tem que retomar o seu patamar, porque não pode ter uma audiência como aquela do Tesourinha, em que a gente não pôde prosseguir, aquilo não foi correto, foram muitas pessoas para serem ouvidas mas não tiveram a oportunidade. Isso não está correto. Nós temos que ter a capacidade.

O Churchill foi um grande estadista que liderou a derrota do nazifascismo, liderou o eixo para derrotar na 2ª Guerra Mundial, ele tem uma vasta biografia, vasta biografia! Vários escreveram sobre a biografia dele, mas um jornalista inglês, que escreveu uma das melhores biografias, perguntou para ele sobre a democracia, e ele disse: “É o pior dos regimes, exceto os outros”. Isso tem uma profundidade, meus amigos. Eu fui um jovem rebelde, porque juventude sem rebeldia é velhice sem futuro. Lutei muito para este País para derrubar a ditadura, ter eleições, esta Capital ficou muito tempo sem eleições, mais precisamente de 66 até 85. Então, temos as nossas incorreções. Temos. Mas eu quero dizer que a democracia é o caminho, e a democracia tem regramentos: respeito à diferença, respeito ao contraditório, por mais que ele seja duro! E é nisso que eu acredito, é nisso que eu aposto, porque acho que democracia é um valor universal. Portanto, esta audiência pública é valiosa, porque aqui ouvi muito, anotei tudo e acho que foram contribuições muito importantes, sendo que uma delas eu já reconheço aqui de público, que é a questão envolvendo de botar, na Usina do Gasômetro, talvez um estacionamento, acho que dá para a gente construir, são coisas que nós vamos analisar até a votação, junto com vocês. Agora, a decisão é do Plenário da Casa, que é um Poder autônomo da nossa Cidade. Muito obrigado. (Palmas.)

O SR. PRESIDENTE (Professor Garcia): Obrigado, Vice-Prefeito Sebastião Melo. Quero também agradecer aos Vereadores, a cada um dos senhores e das senhoras que aqui

compareceram. Também informo que está acordado entre todos os partidos que, na próxima quarta-feira, o primeiro projeto que vamos votar será este.

A SRA. SOFIA CAVEDON: Presidente, eu e o Ver. Marcelo Sgarbossa entendemos que um projeto como este, assim como outros, deve ser votado no horário noturno para que a população possa acompanhar. Por isso estamos solicitando, formalmente, que a votação do projeto que instituiu o Parque Gasômetro seja realizado em Sessão Extraordinária, em período noturno, visando a garantia da participação da população de Porto Alegre, conforme projeto de lei que tramita já na Câmara de Vereadores. Assinam esta Vereadora e o Ver. Marcelo Sgarbossa. Espero que os demais Vereadores apoiem.

(Procede-se à entrega do Requerimento.)

O SR. PRESIDENTE (Professor Garcia): Sra. Vereadora, como é minha característica, e V. Exa. me conhece – Vossa Excelência participou da reunião como um dos Líderes do PT, que acordou, com os demais Partidos, e 15 Partidos fazem parte –, que seria votado na quarta-feira, na Sessão normal. Vereadora, eu acolho, mas não cabe neste momento, desculpe-me eu lhe dizer algo.

(Manifestação fora do microfone. Inaudível.)

O SR. PRESIDENTE (Professor Garcia): Não, não, Vereadora. Primeiro, nós não estamos numa Sessão formal da Câmara, este Vereador não poderia. Eu só quero dizer o que está acordado, senhoras e senhores, porque aqui eu não vou jogar para a plateia, é minha característica. Vai ser às 14h, será o primeiro projeto, conforme foi acordado entre os Vereadores. Respeito, acolho, mas vai ser votado.

(Manifestação fora do microfone. Inaudível.)

Câmara Municipal de Porto Alegre
Seção de Taquigrafia
002ª Audiência Pública 24MAR2014
Pauta: Debater o Projeto de Lei Complementar do Executivo nº 020/13.

O SR. PRESIDENTE (Professor Garcia): Poderá fazê-lo, é um direito que lhe assiste, Vereadora, mas foi combinado entre todos os Partidos. Muito obrigado a todos. Nada mais havendo a tratar, encerro os trabalhos da presente audiência pública.

(Encerra-se a reunião às 21h06min.)